

Alfredo Farreca Rodrigues, Lda.

Rua 10 de Agosto, 130
3080-053 FIGUEIRA DA FOZ
Telefs. 233 422 828 - 233 429 069 - 233 429 399
Fax. 233 420 678
avictransportes@avic.pt | www.avic.pt

ANEXO I

Declaração: alínea a) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro

1 – **Ivo Pereira da Cunha**, portador do cartão do cidadão nº 11561859, emitido em 07/01/2009, pelo arquivo de Viana do Castelo, com domicílio profissional na Rua 10 de Agosto nº 130, Figueira da Foz, na qualidade de representante legal da **Alfredo Farreca Rodrigues, Lda.**, titular do número de identificação fiscal nº 500 694 737, com sede na Rua 10 de Agosto nº 130, Figueira da Foz, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para o **“transporte escolar dos alunos do concelho, ano lectivo 2014/2015 – AVIC – Processo nº 053/AJD/SA/15”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **Alfredo Farreca Rodrigues, Lda.**, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Proposta ao procedimento para a **“transporte escolar dos alunos do concelho, ano lectivo 2014/2015 – AVIC – Processo nº 053/AJD/SA/15”**;
- b) Certificado de conformidade com a NP EN ISO 9001:2008;
- c) Alvará da concessão de transporte público de passageiros Leiria (Est.) – Pombal (Est.);

Alfredo Farreca Rodrigues, Lda.

Rua 10 de Agosto, 130
3080-053 FIGUEIRA DA FOZ
Telefs. 233 422 828 - 233 429 069 - 233 429 399
Fax. 233 420 678
avictransportes@avic.pt | www.avic.pt

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar a execução do referido contrato, ao disposto na legislação Portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Os titulares dos seus órgãos de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do no 1 do artigo 21º do Decreto-Lei no 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do no 1 do artigo 71º da Lei no 19/2012, de 8 de maio e no nº 1 do artigo 460º o presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do código de trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança

Alfredo Farreca Rodrigues, Lda.

Rua 10 de Agosto, 130
3080-053 FIGUEIRA DA FOZ
Telefs. 233 422 828 - 233 429 069 - 233 429 399
Fax. 233 420 678
avictransportes@avic.pt | www.avic.pt

social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:

- i) Participação em actividade de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do conselho;
- ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do conselho 26 de Maio de 1997 e do n. 2.º da Acção comum n.º 98/742/JAI , do conselho;
- iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da convenção relativa a protecção dos interesses Financeiros das comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da directiva nº 91/308/CEE, do conselho, de 10 de Junho, relativa a prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456-º do código dos contratos públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato,

Alfredo Farreca Rodrigues, Lda.

Rua 10 de Agosto, 130
3080-053 FIGUEIRA DA FOZ
Telefs. 233 422 828 - 233 429 069 - 233 429 399
Fax. 233 420 678
avictransportes@avic.pt | www.avic.pt

como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo de participação a entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do código dos contratos públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação.

Figueira da Foz, 13 de Julho de 2015

A Gerência



(Ivo Pereira da Cunha)